APAMAGIS

Luto Indignação Atitude

A luta pela defesa do Estado Democrático de Direito conheceu, neste mês de maio, um duro golpe com os ataques perpetrados por criminosos. A Tribuna da Magistratura mostra a opinião da APAMAGIS e de seus Diretores. Confira. PÁGINAS 2, 3 e 19

Tribuna da Magistratura
Informativo da Associação Paulista de Magistrados
Ano XVI - Número 147 - Junho de 2006

Conheça um pouco de **Jefferson Péres**, o Senador que defende mudanças na forma de composição do STF. PÁGINA 8

Confira a posse de **Ellen Gracie**, primeira mulher no cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal. PÁGINA 11

Em entrevista exclusiva, o Corregedor-Geral da Justiça **Gilberto Passos de Freitas** fala dos planos para o próximo biênio. PÁGINAS 6 e 7

Vice-Presidência

MAIO SANGRENTO

O Brasil enfrenta um verdadeiro *tsunami moral*, que causa maiores danos que os naturais. Nestes, após o vendaval, parte-se para a reconstrução. Mas com a quebra de princípios, as cicatrizes são profundas, propiciando revoltas de difícil contenção. Criminosos viram manchetes; suas mãos manchadas do sangue de inocentes são fotografadas; suas biografias no crime são tratadas com indulgência. O homem de bem fica à mercê dessa gigante onda de violência, que invade nossos lares, assusta nossas mulheres e filhos, como se o mal dominasse.

O infrator invade o recinto de trabalho e mata a autoridade, e ela, ao contrário, deve protegê-lo. Como lutar com tanta desigualdade de armas? Na democracia não podemos abrir mão de princípios. O Estado tem que seguir as regras de sua Constituição, o que nos faz diferentes. Muitos colegas foram assassinados aqui e em outros países, mas ainda não se matou a Justiça. Nossa coragem deve ser imortal, nosso compromisso com as instituições, indestrutível. Vamos investigar cada uma das mortes, com punição dos abusos e novas penas aos que não se sensibilizam com a ordem. Vamos lutar para que nossa Lei Penal seja atualizada e o sistema penitenciário remodelado.

Cito para finalizar, Cezar Bitencourt (*Falência da Pena de Prisão*, RT 1993), vaticinando sobre os fatos de agora: "A politização de um setor da população carcerária pode ser uma causa importante da violência carcerária. A politização orienta-se pela adoção de posições ideológicas radicais (anarquismo, marxismo de extrema esquerda), que consideram que a prisão é um instrumento opressivo que se aplica injustamente aos reclusos. Podem chegar a conscientizar-se de que é a injustiça do sistema social que os converteu em delinqüentes, passando a se auto-considerarem um tipo *sui generis* de perseguidos políticos. Evidentemente essas idéias tornarão o ambiente carcerário mais conflitivo, aumentando a probabilidade da ocorrência de rebelião na prisão. A essas alturas, não interessam mais as reformas, o melhoramento das condições penitenciárias ou as simples reivindicações, o objetivo passa a ser a destruição total do sistema carcerário e da sociedade que o criou".

Nota: Penitencio-me com o colega Luiz Pantaleão, por não aludir antes sua bravura, ao impetrar mandado de segurança para a convocação do Tribunal Pleno. Saliento que ele foi meu companheiro de chapa e é dos mais leais combatentes por causas justas.

Des. Henrique Nelson Calandra
1º Vice-Presidente

DESAFIOS A VENCER

Os juristas Saulo Ramos e Ovídio Sandoval, em parecer solidamente fundamentado, concluem, na justa medida, que o CNJ, como órgão administrativo e burocrático, possui apenas o poder regulamentar de suas atividades, e não da lei.

Logo, não pode invadir área reservada à legislação, devendo respeitar, de qualquer modo, no limite de suas atribuições, os princípios do Estado Democrático de Direito, da Federação, da separação dos poderes e dos direitos e garantias fundamentais.

Nesse passo, não lhe competia, por meio de Resoluções, fixar o teto remuneratório do Poder Judiciário nos Estados, alterar o sistema de vencimentos dos magistrados e extinguir verbas remuneratórias, máxime para impor cortes imediatos, importando tais iniciativas no aniquilamento da Federação e ostensiva afronta à garantia fundamental da Magistratura, que é a irredutibilidade de vencimentos e proventos.

A prestigiar a garantia da irredutibilidade, há, por sinal, recente decisão do STF que assegurou o direito dos ministros impetrantes continuarem recebendo acréscimo de 20% sobre seus proventos, benefício concedido à época em que se aposentaram, que fica valendo até que seja absorvido por eventual reajuste do teto salarial (MS nº 24.875-1).

O voto de desempate do Ministro Ricardo Lewandowski dá conta precisamente que "a conciliação das situações dos impetrantes com a nova ordem constitucional, então, há de fazer-se sob o prisma de irredutibilidade de vencimentos, tradicional garantia dos magistrados – estendida pelo STF também aos proventos –, que repele a idéia de decesso remuneratório".

Assim, os órgãos dirigentes dos Tribunais dos Estados, no trato da matéria, devem assegurar a percepção dos vencimentos e proventos dos magistrados na sua expressão monetária atual, até que ocorra a absorção por eventual revisão do teto remuneratório. Bem lembrada, a propósito, a lição de Otto Bachof, pela qual os tribunais, em qualquer situação, devem trabalhar no sentido de "restabelecer e afirmar a inquebrantável crença na soberania do Direito e na possibilidade de um império do Direito, a crença num Direito a que estejam submetidos não só os cidadãos, como também o Estado: o Direito como medida de Poder".

E a APAMAGIS está engajada nessa luta, que alberga outras iniciativas, como a adequação dos vencimentos dos juízes de 1º grau ao regime constitucional e a convocação do Tribunal Pleno para as deliberações necessárias.

Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti
2º Vice-Presidente

Conselho Consultivo

TEMPO DE SE PREPARAR PARA NOVOS DESAFIOS

A Magistratura, não é de hoje, vem sofrendo sérios ataques da mídia e da população em geral, uns fundados, outros não, principalmente, quanto à morosidade, o que acarreta uma necessidade premente de serem revistos vários conceitos, para que seus integrantes possam enfrentar os novos desafios de uma sociedade em constante mudança.

O juiz não pode mais ficar recolhido a seu gabinete, distante do que se passa no mundo lá fora, deve sim, participar de atividades culturais para se atualizar e, com isso, contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional.

Para que tal aconteça, entretanto, há de se ter tempo, o que, a cada dia se torna mais difícil diante do aumento excessivo da carga de trabalho e, também, da formação inadequada dos funcionários, o que impossibilita ao Magistrado, sem prejuízo de sua missão de distribuição da Justiça e de sua vida pessoal, dedicar-se, ainda mais, ao aprimoramento profissional.

O Poder Judiciário, visando sua recolocação no rol das instituições que gozam do respeito e da admiração de todos os cidadãos, deve buscar uma fórmula, racional e objetiva, investindo, não só na parte material, com a implantação de sistema de informatização, como no aperfeiçoamento profissional e pessoal dos Magistrados e funcionários, para que a prestação jurisdicional, sua atividade fim, seja cada vez mais eficiente e, na medida do possível, mais rápida e justa.

Des. Zélia Maria Antunes Alves
Conselheira

Por um Estado mais Justo

A APAMAGIS assistiu, atônita, aos recentes atentados perpetrados por uma facção criminosa. Vimos, também, reações das autoridades em diversos matizes. Vários pleiteiam maior celeridade; outros exigem leis mais duras e alguns reclamam mais investimento social.

Parece-nos de todo evidente que o tema, a resposta do Estado à violência, passa por uma profunda análise de todos esses quesitos. Senão, vejamos.

Imaginar que apenas dotar o sistema repressivo de maior eficácia, *per si*, resolva o problema, é ignorar a realidade.

Note-se. A Polícia, há tempos, vem aumentando significativamente o número de prisões e o Judiciário respondendo à altura, com condenações na mesma proporção. Isto porque é preciso separar o joio do trigo, ou seja, os criminosos da sociedade. E o Poder Judiciário nunca se furtou - nem jamais se furtará - deste duro *munus* público. Ainda assim, precisamos de mais investimento no aparato repressivo.

De outra banda, parece-nos necessário endurecer as leis para inibir a prática delitiva e assegurar que a pena seja efetivamente cumprida. Para ficar num exemplo, a Lei das Execuções Penais precisa de urgente revisão para adequar o sistema de progressão do regime prisional aos novos tempos, bem como outras inadiáveis providências, no que diz respeito aos direitos e obrigações dos sentenciados. Pensar que um delinqüente que pratica um crime hediondo possa simplesmente voltar ao convívio social depois de cumprir apenas um sexto da pena beira à utopia. Precisamos do Congresso Nacional.

E, por último, as mazelas sociais, tão evidenciadas na falta de investimento em educação, saúde e resgate da cidadania trazem inexoravelmente reflexos nos índices de criminalidade. Precisamos de mais atuação do Poder Executivo e do Legislativo.

Há, finalmente, uma crítica, que não é justa ao Poder Judiciário, evidenciada na pesquisa publicada pelo DATAFOLHA, em 17 de maio passado. Ela dá conta que 55% da população de São Paulo aponta o Judiciário como um dos responsáveis pela onda de violência.

Sem aderir ao discurso fácil de eximir-se de culpa para a seguir atribuí-la a outrem, é preciso compreender, primeiro, o que as pessoas entrevistadas enxergaram como Judiciário. E, nesse sentido, não custa lembrar, por exemplo, que o atendimento às ocorrências é incumbência da Polícia, a formalização da acusação e fiscalização da atividade policial cabe ao Ministério Público e administração dos presídios é responsabilidade do Poder Executivo.

Noutras palavras, várias questões são percebidas pela população como responsabilidade do Judiciário e não são. Assim, queremos crer que a pesquisa, para obter um resultado mais próximo da realidade, deveria relacionar cada um dos órgãos da aplicação da Justiça.

Pois bem. Remanesce ainda a análise das atividades do Poder Judiciário.

Temos um acervo de processos que cresce a cada dia. Uma infinidade de recursos processuais que, paradoxalmente, são inversos ao ingresso de recursos pessoais e materiais. Há juízes ameaçados pela criminalidade e muitos deles vítimas de atentados, como o que tirou a vida do nosso Antônio José Machado Dias, de Presidente Prudente.

Deste modo, entendemos necessário que este triste momento da vida nacional seja dedicado a uma profunda reflexão e, mais que culpas, sejam encontradas soluções para os problemas que afligem a cidadania e o Estado Democrático de Direito.

Des. Sebastião Luiz Amorim
Presidente da APAMAGIS

“Pensar que um delinqüente que pratica um crime hediondo possa simplesmente voltar ao convívio social depois de cumprir apenas um sexto da pena beira à utopia.”

“Temos um acervo de processos que cresce a cada dia. Uma infinidade de recursos processuais que, paradoxalmente, são inversos ao ingresso de recursos pessoais e materiais. Há juízes ameaçados pela criminalidade e muitos deles vítimas de atentados, como o que tirou a vida do nosso Antônio José Machado Dias, de Presidente Prudente.”

Tribuna da Magistratura
Publicação da Associação Paulista de Magistrados
Ano XVI - nº 147

R. Tabatingüera, 140 - sobreloja
CEP: 01020-901 - São Paulo - SP
Telefone (11) 3241-1288
Fax: (11) 3107-8894

Tiragem: 4.000 exemplares

APAMAGIS
apamagis@apamagis.com.br

Presidência
presidencia@apamagis.com.br

Secretaria
secretaria@apamagis.com.br

Imprensa
imprensa@apamagis.com.br

Convênios
convenios@apamagis.com.br

Informática
info@apamagis.com.br

Site
www.apamagis.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Sebastião Luiz Amorim

1º Vice-Presidente
Henrique Nelson Calandra

2º Vice-Presidente
Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Diretor Secretário
Luís Antonio Vasconcellos Boselli

Diretor Financeiro
Irineu Jorge Fava

Diretor Adjunto Financeiro
Elcio Trujillo

IMPRENSA

Diretor de Comunicação e Imprensa
Jayme Martins de Oliveira Neto

Diretores Adjuntos de Comunicação
Durval Augusto Rezende Filho
José Augusto Genofre Martins

Diretor Adjunto de Imprensa
Ítalo Morelle

Conselho Editorial
Ademir Modesto de Souza
Alexandre David Malfatti
Caio César Melluso
Marcio Bonetti
Roger Benites Pellicani

Jornalista Responsável
Elaine Zaninotti (MTb 31.529)

Coordenação Geral
Luciano Ayres

Redação
Gizele Rochel
Mônica Carmo (estagiária)

Edição, Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação
Ayres PP Comunicação e Marketing Estratégico
Tel. (19) 3242.1180

Fotos
Augusto Canuto e Ayres PP

Colaboradores
Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

APAMAGIS

Conciliação | Uma experiência de sucesso

Dar ao jurisdicionado a chance de resolver seus litígios sem ter de recorrer à Justiça, e assim diminuir o acervo de processos que contribuem para a morosidade e, ainda, disseminar a cultura de conciliação, propiciando maior rapidez na pacificação dos conflitos: estes os principais objetivos dos setores de conciliação implantados em São Paulo pelo Tribunal de Justiça e projetados pelo Desembargador Kazuo Watanabe, através do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ).

Foi em março de 2003, na gestão do Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição, através do Provimento 783/2002, que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) deu início ao Plano Piloto de Conciliação em Segundo Grau. Um ano depois, devido ao sucesso da experiência, o Tribunal criou, através do Provimento 843/2004, o Setor de Conciliação em Segundo Grau de Jurisdição, que hoje funciona no 5º andar do Palácio da Justiça, no extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil, no centro da cidade, e em algumas comarcas do Interior.

"No início havia resistência, principalmente por parte dos advogados que nunca tinham ouvido falar em conciliação como solução para um processo. Mas o setor foi crescendo, e as dificuldades não são mais resistências e sim um afluxo muito grande. Agora são os próprios advogados que requerem a sessão conciliatória", assinala o Coordenador do Setor de Conciliação em Segundo Grau, Desembargador Hamilton Elliot Akel.

O Setor, que também é coordenado pelos Desembargadores Antonio Villenilson V. Feitosa, Evaldo Veríssimo M. Santos, Nigro Conceição, Otávio Henrique Souza Lima e Nazário Guirao, cuida das questões que envolvem direitos disponíveis, cujas ações tenham valor econômico ou patrimoniais.

Os conciliadores não têm poder de jurisdição, por isso mesmo tudo o que é dito pelas partes durante a sessão de conciliação é confidencial.

Divulgação: Assessoria TJSP

SETOR DE CONCILIAÇÃO EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO
1/1/2006 a 30/4/2006

–		CONCILIAÇÕES REJEITADAS			–		
Meses	Aceitas	Rejeitadas	Aus. parte	Total	Total	Aceitas	Rejeitada
Janeiro	41	118	21	97	138	29,71%	70,29%
Fevereiro	72	181	46	135	207	34,78%	65,22%
Março	106	279	71	208	314	33,76%	66,24%
Abril	109	269	72	197	306	35,62%	64,38%
TOTAL	**328**	**847**	**210**	**637**	**965**	**33,99%**	**66,01%**

CAMINHO

Antes da distribuição do processo, a petição de uma das partes, solicitada a tentativa de conciliação, é remetida diretamente ao Setor. Após a distribuição, a petição é unida aos autos e remetida ao relator do processo, que por telefone ou publicação na imprensa oficial, consulta o advogado da parte contrária. Se houver interesse pela conciliação, o processo é remetido ao Setor, que é responsável por agendar as sessões. Se a conciliação for firmada ela é homologada pelo Presidente da Seção de Direito Privado do TJ, bem como a desistência do recurso e os autos são remetidos à Vara de origem para ser arquivado. Se não houver acordo entre as partes, os autos são devolvidos ao acervo para aguardar julgamento na mesma ordem em que se encontravam anteriormente.

Caso o processo já tenha sido distribuído quando uma das partes tentar conciliação, fica a critério do relator a tentativa de conciliação.

De acordo com o desembargador Akel, a idéia é utilizar a internet para centralizar os pedidos de sessão conciliatória. "Nós estamos procurando racionalizar esse procedimento fazendo com que o advogado interessado em conciliação faça o pedido através de um e-mail. Isso evitará que a petição seja encaminhada para o desembargador, para que ele a encaminhe para o Setor de Conciliação".

A idéia já está em funcionamento, e os pedidos de conciliação podem ser feitos pelo e-mail: conciliacao2inst@tj.sp.gov.br.

"O Setor está dando e vai dar certo. Se não estivesse não teríamos recebido uma avalanche de 100 pedidos por dia em três meses", disse o Desembargador Akel.

CONCILIADORES

A iniciativa conta com a participação voluntária de magistrados, promotores e advogados, todos aposentados e com mais de 20 anos de carreira. "Seria uma pena desperdiçar tanta experiência adquirida pelos magistrados e pelos operadores do Direito", afirma Akel.

Os conciliadores não têm poder de jurisdição, por isso mesmo tudo o que é dito pelas partes durante a sessão de conciliação é confidencial. Nada pode ser registrado, exceto quando há acordo, para que nada influencie a Câmara julgadora e as próprias partes que podem ficar inibidas. "O conciliador é um elo neutro de ligação entre as partes. A função dele é servir como intermediário", explica o coordenador.

Atualmente, o Setor de Conciliação em 2º grau conta com mais de 60 conciliadores. No início, eram apenas 12 profissionais. ■

Acompanhe nas próximas edições da Tribuna da Magistratura, os trabalhos desenvolvidos pelos setores de conciliações em 1º grau.

Teto Salarial | STF decide manter benefício de ministros aposentados

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, em definitivo, o Mandado de Segurança (MS) 24875 que discutia o teto salarial. A maioria dos ministros da Corte (seis votos a cinco) decidiu assegurar o recebimento do acréscimo de 20% sobre o salário de quatro ministros aposentados, até que o montante seja absorvido pelo teto salarial. No recurso, Djaci Alves Falcão, Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, Luiz Rafael Mayer e Oscar Dias Corrêa (já falecido), aposentados no STF, contestavam decisão da Corte que determinou, em fevereiro de 2004, a redução de seus proventos de aposentadoria no limite estabelecido pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Lewandowski esclareceu à imprensa que os vencimentos serão irredutíveis em seu valor nominal e paulatinamente serão absorvidos pelo teto que corresponde ao subsídio fixado em lei para os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Com o voto do Ministro Ricardo Lewandowski, a questão foi definida em favor da manutenção da vantagem.

O entendimento predominante é que o benefício foi concedido à época em que os ministros se aposentaram com base no artigo 184, III, da Lei 1.711/52 combinado com o artigo 250 da Lei 8.112/90.

Na sessão de 9 de março passado, o Tribunal, por unanimidade, entendeu que os adicionais por tempo de serviço devem ser incluídos no teto salarial do funcionalismo público. Nesse sentido, nenhuma vantagem pessoal poderá ser paga além do limite remuneratório, que hoje é de R$ 24,5 mil. À época, o julgamento foi interrompido porque houve empate em relação ao benefício de 20% dos ministros aposentados. A manutenção da vantagem foi proposta pelo relator do processo, Ministro Sepúlveda Pertence.

Com o voto do Ministro Ricardo Lewandowski, a questão foi definida em favor da manutenção da vantagem, vencida os Ministros Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, Eros Grau e Nelson Jobim (aposentado), que indeferiam a segurança integralmente. O Ministro Marco Aurélio, por sua vez, também ficou vencido, pois deferia o MS para reconhecer o direito adquirido e a parcela como vantagem pessoal, não alcançada esta pelo teto.

Na sessão de 9 de março passado, o Tribunal, por unanimidade, entendeu que os adicionais por tempo de serviço devem ser incluídos no teto salarial do funcionalismo público. Nesse sentido, nenhuma vantagem pessoal poderá ser paga além do limite remuneratório, que hoje é de R$ 24,5 mil.

VOTO DE DESEMPATE

Ao votar, o Ministro Ricardo Lewandowski afirmou que os impetrantes incorporaram legitimamente a vantagem aos seus proventos, porque ela foi concedida com base na lei vigente à época das respectivas aposentadorias e em harmonia com a interpretação do STF. Porém, ele ressaltou que não há como invocar, no caso, o direito adquirido. "O Tribunal tem entendido de forma firme, de forma reiterada e pacífica, que não há direito adquirido quando se trata de regime jurídico. Ou seja, os servidores públicos, de um modo geral, têm uma relação estatutária com o Estado e não contratual e, portanto, não tem direito a uma determinada forma de cálculo de vencimentos ou de proventos", disse.

Segundo Lewandowski, o que justifica a manutenção do benefício é a garantia da irredutibilidade de vencimentos. "Nessa linha, o Supremo tem decidido que o valor nominal da remuneração percebida pelo servidor, sob a égide de determinado plexo normativo, não pode sofrer diminuição, sob pena de vulnerar situação juridicamente estável, imune à alteração legislativa posterior", observou o ministro.

O ministro ressalvou, no entanto, que a jurisprudência do STF apenas assegura a percepção do montante global dos vencimentos ou proventos, e não a manutenção de percentuais que integram o seu cálculo, "porque não se pode admitir que uma situação derivada de regime remuneratório, que não mais subsiste, venha a perpetuar-se no tempo, em permanente contradição com o regramento normativo superveniente", concluiu.

Lewandowski esclareceu à imprensa que os vencimentos serão irredutíveis em seu valor nominal e paulatinamente serão absorvidos pelo teto que corresponde ao subsídio fixado em lei para os ministros do Supremo Tribunal Federal. Ele acrescentou que a decisão de hoje vale somente para as partes no processo.

Quanto ao direito de outros servidores, que tiveram seus vencimentos cortados por conta do teto salarial, o Ministro respondeu que se deve analisar caso a caso. Lewandowski afirmou que é preciso verificar se as vantagens foram legitimamente incorporadas e se há razoabilidade, ou seja, se as incorporações de vantagens deram-se em conformidade com o princípio da moralidade que é o princípio mestre da administração pública, que está consignado no artigo 37 da Constituição Federal.

"Não é qualquer vantagem, não é qualquer adicional que poderá beneficiar-se desse princípio da irredutibilidade de vencimentos que alcança, não só os magistrados, como os servidores públicos de modo geral, segundo a nova Constituição de 88", finalizou Lewandowski. ■

Corregedoria | Por um novo Judiciário

"Uma das preocupações, quando assumimos, era com os servidores do Judiciário. Sem o servidor, o Judiciário não tem como atingir suas metas(...) Acho que é uma preocupação, tanto da Presidência quanto da Corregedoria, em sempre melhorar o nível dos servidores".

A busca por um Judiciário mais efetivo e atuante é a maior preocupação da Corregedoria-Geral do Estado de São Paulo. Esta é a questão levantada pelo Corregedor-Geral da Justiça, **Gilberto Passos de Freitas** em entrevista à Tribuna. Entre os principais assuntos abordados pelo Corregedor, a atuação do Judiciário junto à população e à Magistratura, motivação dos juízes, Teleconferência, Juizados Especiais e outros temas foram destaques desta pauta.
Confira abaixo a entrevista que também foi veiculada no Programa **Frente a Frente com a Justiça**.

Tribuna da Magistratura: *Quais os principais projetos da Corregedoria para os próximos dois anos?*
Gilberto Passos de Freitas: Traçamos alguns planos e estamos procurando implementá-los. Dentro do que nós já implantamos, o primeiro foi um plano de correição. Estabelecemos um calendário de correição para todo o ano de 2006. Em cada mês, faremos correição de uma comarca já pré-determinada. A segunda proposição é a realização de audiências públicas que tem sido um grande sucesso. Estamos colhendo sugestões, o que tem sido muito importante para melhorar a atuação jurisdicional.

TM: *Como analisa a atuação do Judiciário junto à população e a presença desta em audiências públicas?*
GPF: Eu me sinto gratificado pela maneira como a população vem nos recebendo e o respeito das pessoas pelo Judiciário. O contato com o cidadão e enxergar nele a busca pela Justiça é muito interessante. Há uma questão sobre a morosidade da Justiça, mas a demora não é debitada nem ao Judiciário nem ao Ministério Público. Às vezes, alguns casos ficaram parados devido a problemas como o fato do advogado não ter documentos para apresentar. Notamos que as reclamações não atingem diretamente o Judiciário.

TM: *Como a Corregedoria pode analisar se um juiz está sendo realmente eficiente para a população e para o Poder Judiciário?*
GPF: Existem algumas regras, mas nós temos que observar o volume de serviço. Hoje, não existe uma comarca em São Paulo que não tenha volume expressivo de serviços. Todas estão assoberbadas. Desse modo, o primeiro aspecto é o volume de serviços, em alguns casos, a complexidade da causa. A maioria dos juízes é muito dedicada e ultrapassa até as suas condições físicas para manter o trabalho em dia, fazendo audiências à tarde, pela manhã e à noite. Temos que levar em consideração, não só esse volume de serviço, a complexidade de determinadas causas, mas também iniciativas dos juízes em agilizar o serviço e otimizar a produtividade.

TM: *Como é possível estimular e motivar um juiz diante de enormes pilhas de processos?*
GPF: A primeira condição para alguém exercer a Magistratura é ser vocacionado, porque eu acho que é uma profissão muito sacrificada e você está decidindo o destino de uma pessoa que está sendo julgada. Normalmente, os vocacionados são motivados. É preciso ter vontade de servir ao cidadão. Encontramos em diversas comarcas juízes dedicadíssimos. Essa motivação está aliada à vocação, apesar da Corregedoria estar proporcionando cursos para aprimoramento e reciclagem.

TM: *É possível eliminar ou atenuar o formalismo na aplicação da Justiça?*
GPF: Por natureza somos formalistas,

"Apresentamos, recentemente um projeto de plantão em todas as Circunscrições Judiciárias. Este projeto já foi aprovado e está em vias de ser implantado em ordem administrativa".

mas já adotamos medidas que, respeitando todo o direito de defesa, afastaram o rigor existente. Um exemplo que tem surtido um efeito fantástico é a carga rápida. Os advogados sempre reclamavam daquela burocracia para pedir vista de um processo, com petição e despacho. Agora, com a simples apresentação da carteira da OAB ele retira e devolve logo em seguida. Outra questão é junto aos Juizados Especiais, tanto Cível quanto Criminal. Baixamos recentemente um provimento regulamentando e afastando uma série de formalidades para agilizar o procedimento, mesmo porque, se não forem tomadas medidas dessa natureza, acredito que a Justiça pode parar, porque está sobrecarregada.

TM: *E a questão do interrogatório de um réu pela Teleconferência? Qual a posição da Corregedoria a respeito?*
GPF: Sou altamente favorável. Ainda é um sistema utilizado por poucos juízes, porque há uma divergência quanto ao entendimento e quanto à legalidade, embora o Tribunal de Justiça na Seção Criminal já venha julgando vários recursos de habeas corpus por este método. Se analisarmos hoje, São Paulo, com o movimento de presos, o que se gasta com escolta e alimentação é algo astronômico, principalmente a questão da segurança. Não vejo nada de ilegal, aliás, é uma medida que preserva altamente a defesa, pois aquela fita ficará gravada, e se por ventura houver alguma divergência, o juiz poderá interrogar pessoalmente o réu e ouvir uma testemunha. Acredito que num futuro bem próximo deveria ser mais utilizado. Tive notícia que o Rio Grande do Sul já adota esse serviço de Teleconferência, principalmente para ouvir menor vítima de crimes sexuais e violência doméstica. Isso é uma questão de segurança e a testemunha ficaria mais à vontade para depor.

TM: *Como a Corregedoria pode auxiliar o servidor como figura essencial à administração da Justiça?*
GPF: Uma das preocupações, quando assumimos, era com os servidores do Judiciário. Sem o servidor, o Judiciário não tem como atingir suas metas. Temos realizado, juntamente com a Presidência, vários cursos de atualização. Paralelamente às correições, temos realizado cursos de aperfeiçoamento para servidores e temos um plano de trazer pessoas especializadas para ministrar cursos de especialização. Acho que é uma preocupação, tanto da Presidência quanto da Corregedoria, em sempre melhorar o nível dos servidores.

TM: *Como o Legislativo pode ajudar a Corregedoria?*
GPF: Existem vários estudos e propostas para algumas autorizações, atualização, alteração legislativa dentro da competência estadual, mas estamos com estudos na Corregedoria sobre a criação do Juiz Leigo que alguns estados como o Rio de Janeiro já estão adotando. Agora depende, não muito mais do Legislativo, mas também do Executivo que tem nos ajudado com a instalação dos Juizados Avançados.

TM: *O que é Juiz Leigo? Ele precisa ser bacharel em Direito?*
GPF: Sim, o Juiz Leigo precisa ser bacharel. Ele atua como um auxiliar do Juiz de Direito e atua na área do Juizado Especial, dirigindo o processo, fazendo a conciliação, ouvindo testemunha e também é ele quem dá a decisão que é homologada pelo Juiz. No encontro ocorrido no Rio de Janeiro tivemos a oportunidade de ver a atuação dos Juízes Leigos. Eles são remunerados e por tempo determinado. Há uma seleção por dois anos e isto é coordenado pela Escola, e amanhã, quando for prestar o concurso, ele já terá a experiência inicial.

TM: *Qual o conceito de Juizado Avançado?*
GPF: A idéia do Juizado Avançado foi criada devido ao fato de algumas comarcas e o Fórum Regional serem muito distantes de alguns municípios. Para o cidadão é difícil sair de seu município para fazer valer seus direitos. Dessa forma, foi criado o Juizado Avançado, em convênio com a Prefeitura que cede um local para fazer o atendimento. As pessoas que moram naquela região apresentam as reivindicações naquele Juizado e o Tribunal faz a designação de conciliadores. Existem bairros distantes com uma população de 1 milhão de habitantes, como Grajaú, que tem que se dirigir ao Fórum de Santo Amaro. Já fizemos contato, através do Secretário, e o Prefeito está interessado, como também o Governador Cláudio Lembo, que estão a par da instalação desses Juizados.

TM: *Como se encontra o Sistema de Plantão do Judiciário no estado de São Paulo?*
GPF: O Plantão Judiciário funcionava aqui na capital e em algumas cidades aos sábados e domingos. Apresentamos, recentemente um projeto de plantão em todas as Circunscrições Judiciárias. Este projeto já foi aprovado e está em vias de ser implantado em ordem administrativa. Todas as 56 circunscrições do estado de São Paulo terão seu Plantão Judiciário.

TM: *Temos dois fatos importantes na vida jurídica. O primeiro foi a posse do Ministro Lewandowski ao STF, o outro, uma notícia triste foi o falecimento do grande Jurista Miguel Reale. Qual sua opinião sobre esses dois ícones da Justiça?*
GPF: Com relação à nomeação do Ministro Lewandowski é um orgulho para São Paulo e para o Judiciário Paulista, não só por ser um grande Desembargador e um emérito Professor, mas porque temos plena certeza de que ele honrará as tradições do Judiciário Paulista e engrandecerá o Supremo Tribunal Federal. São Paulo é o estado que detém a maior parte dos processos que tramitam, tanto no Supremo como no STJ, e ele conhece as peculiaridades desse estado. Quanto à perda do Jurista Miguel Reale é irreparável e ele nos deixou um legado muito rico. Tivemos a oportunidade de conhecer todo o seu trabalho, que ele deixará marcado para nós e para futuras gerações. ■

"(...) Lewandowski é um orgulho para São Paulo e para o Judiciário Paulista, não só por ser um grande Desembargador e um emérito Professor, mas porque temos plena certeza de que ele honrará as tradições do Judiciário Paulista (...)"

Senado | Reformas no Judiciário

Figura de peso no Congresso Nacional e uma das referências quando o assunto é ética, o Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) foi um dos entrevistados desta edição da Tribuna da Magistratura. Análises sobre Justiça, relação entre os Três Poderes e Política são tratadas com acuidade.Confira os principais trechos da entrevista veiculada no programa **Frente a Frente com a Justiça**.

Tribuna da Magistratura: *De advogado a Senador da República. Como se deu essa trajetória?*

Jefferson Péres: Na verdade, a trajetória foi de vereador a senador. Advoguei muito pouco tempo, logo depois de formado, mas me decepcionei um pouco com a profissão. Foi então que me dediquei ao magistério na Universidade Federal do Amazonas, onde militei por 25 anos. Fiquei afastado da política durante o regime militar, pois eu era de esquerda, visado pelos militares e por sofrer outras violências, me abstive de fazer política. Em 1988, me candidatei a vereador em Manaus e ganhei. Acho que tive uma boa atuação, pois me elegi uma segunda vez. E agora o Senado Federal.

TM: *A região amazônica é alvo de cobiça internacional sem precedentes. Por que o Brasil ainda não foi capaz de criar um sistema que contemple administração sustentável e exploração econômica da região?*

JP: A Amazônia, devido ao tamanho e à diversidade, não pode ter um desenvolvimento econômico convencional; é preciso um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental. Isso exigiria do Brasil um projeto amazônico, que seria feito mediante a criação de um fundo orçamentário, que fosse aplicado em formação de capital humano e infra-estrutura. Sem isso a Amazônia corre riscos, e o perigo não está na cobiça internacional, mas na nacional. São empresários, madeireiros e outros, que levados pela ganância, podem estar causando um desmatamento muito preocupante. Isso tem que ser contido. E apenas o será com um projeto que crie oportunidades para a população mais pobre do interior.

Brasil X Bolívia: "Não foi um gesto soberano do governo boliviano. Eles romperam contratos e acordos unilaterais e movimentaram um aparato militar altamente desnecessário, ofensivo ao Brasil, que era um país amigo".

Biopirataria: "Creio que a legislação brasileira é muito boa, o que falta é uma estrutura de fiscalização e investimento em pesquisa e biotecnologia".

TM: *As nações mais desenvolvidas estão praticando um tipo de crime muito grave que é a biopirataria. O que o Brasil pode fazer para proibir esta prática?*

JP: Creio que a legislação brasileira é muito boa, o que falta é uma estrutura de fiscalização e investimento em pesquisa e biotecnologia. O Brasil não investe, e quando o faz é insuficiente, se comparado com outros países com o mesmo grau de desenvolvimento. Depois fica se queixando daquele que vem aqui pesquisar. Evidente que as atividades ilegais devem ser coibidas. Entretanto, é possível imaginar que, mesmo tendo a maior biodiversidade do mundo, ainda não temos um grande centro de pesquisa? A perdurar esta situação, veremos a repetição do que aconteceu com a borracha. Não investimos em pesquisa e no plantio da seringueira e os ingleses a levaram para produzi-la na Malásia. Nós gostamos de atribuir nossa culpa aos outros.

TM: *Qual sua análise sobre o episódio da Bolívia, especialmente a atitude do governo federal em relação à violação de um patrimônio nacional?*

JP: Foi uma reação frouxa, uma postura tíbia de uma fraqueza imperdoável. Ninguém pregou que o Brasil deveria retaliar a Bolívia, com envio de tropas para a fronteira e nem corte de relações diplomáticas; mas nós esperávamos do governo uma reação verbal dura, a altura da afronta que nós sofremos. Não foi um gesto soberano do governo boliviano. Eles romperam contratos e acordos unilaterais e movimentaram um aparato militar altamente desnecessário, ofensivo ao Brasil, que era um país amigo. O governo brasileiro se rendeu e chamou para a conversa essa figura problemática que se chama Hugo Chávez, que não tinha nada a ver com a situação. Enfim, foi lamentável a postura do governo brasileiro.

TM: *O CNJ foi criado com o argumento de tentar oxigenar o Poder Judiciário. No entanto, as primeiras ações pareceram buscar mais a repercussão do que resultados... O que podemos esperar desse Conselho?*

JP: Eu creio que essas duas ações do Conselho, embora tenham repercutido muito, estão corretíssimas. Apesar de serem chagas dos Três Poderes, o nepotismo e os super salários foram banidos ao menos do Judiciário. Veja, os salários eram ilegais, porque ultrapassavam o teto constitucional, e isso acontecia na maioria dos tribunais que terão que corrigir os abusos. Eu parabenizo as ações do Conselho Nacional de Justiça, embora tenha desagradado a muitos magistrados.

TM: *Existe uma proposta de Emenda Constitucional para mudar a maneira de acesso ao Supremo Tribunal Federal. Essa forma é realmente adequada?*

JP: Eu acho inadequada a atual forma de composição do Supremo. O Presidente da República escolhe quem ele quer, manda para o Senado e este faz uma sabatina. Na verdade, a escolha acaba sendo quase que exclusivamente do Presidente da República. Não me parece uma boa opção que a mais alta Corte de Justiça do país seja constituída desse modo. Nada impede que esse sistema, como já ficou provado na prática, também resulte em excelentes juízes. O problema é que, às vezes, não é assim. Muitas vezes os magistrados são ligados ao Poder e ao governante que os escolheu e isso é muito inconveniente. Por isso estou propondo que os membros sejam escolhidos pelos três segmentos do mundo jurídico: magistrados, Ministério Público e advogados, mediante um processo eleitoral de escolha e que o afunilamento seja feito pelo próprio Supremo. ■

Proteção | Desequilíbrio ecológico e os sinais da natureza

Geraldo Ferreira Lanfredi
Juiz de Direito aposentado – doutorado em Direito Civil e Ambiental pela Faculdade de Direito da USP

Os diplomas legais, que disciplinam e protegem o meio ambiente, colocam o Brasil na posição de vanguarda em matéria de legislação ambiental: a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), seguida da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e completada pela Lei n. 9.605/98 sobre crimes ambientais – dando acabamento, esta última, ao círculo de controle do meio ambiente e ensejando grandes inovações, como a responsabilidade penal da pessoa jurídica, sanções com efeitos educativo-ambientais, ênfase no caráter consensual e reparatório da Justiça penal etc.

No âmbito legislativo, o país está à frente de algumas nações do chamado primeiro mundo, que sequer contam com regime especial de responsabilidade no campo ambiental e não oferecem, ainda hoje, respostas satisfatórias a uma série de quesitos sobre o dano ecológico (Vide Geneviève Viney e Barbara Pozzo).

(...) grande parte da sociedade não está conscientizada para as questões ambientais; os órgãos fiscalizadores mal equipados e os tribunais enfrentam a morosidade do sistema judiciário.

Já, no âmbito administrativo, técnico e comportamental, os desafios são de proporções atemorizadoras: grande parte da sociedade não está conscientizada para as questões ambientais; os órgãos fiscalizadores mal equipados e os tribunais enfrentam a morosidade do sistema judiciário. Acrescente-se a isso a vasta extensão territorial do país, a multiplicação das violações ambientais, o processo de degradação da biodiversidade em contraste com os insuficientes recursos financeiros, técnicos e humanos.

Nessa situação, a Natureza cobra ações concretas de toda a sociedade contra os riscos a que é submetida.

Prestemos atenção ao clamor da Terra, desta Terra que sangra, geme e sofre devido ao desequilíbrio homem-natureza, refletindo-se em seus recursos naturais: a água e o ar, o solo, a fauna e as florestas.

Bens indispensáveis à vida, a água e o ar estão sujeitos, de forma continuada, à poluição e à contaminação, enquanto o solo é tratado sem a atenção reservada a um importante recurso natural. Por outro lado, não se dá a devida proteção à fauna, enquanto as florestas são impiedosamente derrubadas.

Diante desse quadro, que mostra a distância que nos separa das metas propostas pela legislação nacional e nos coloca frente ao desafio que o Brasil precisa vencer, há de se entender e acatar os sinais que a Natureza nos manda através dos "tsunamis", vendavais, terremotos e furacões, para preservarmos o maravilhoso legado que Deus nos deixou e que haveremos de transmitir às gerações futuras. ■

Com esta nova parceria, quem ganha são os associados!

APAMAGIS

Banco PanAmericano

A APAMAGIS, sempre em busca de benefícios para os colaboradores, fechou uma parceria com o Banco Panamericano, com objetivo de oferecer de maneira diferenciada e exclusiva produtos financeiros rentáveis, seguros e de alta liquidez.

O PanAmericano tem uma aplicação sob medida para o seu investimento. Segurança e rentabilidade na dose certa.

AutoPan - FIDC
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

MasterPan - FIDC
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CDB
Certificado de Depósito Bancário

Debêntures

. Taxas especiais para investimentos

. Gerentes de investimentos exclusivos

Para facilitar o acesso a esse tipo de serviço, que exige tempo e deslocamento, o PanAmericano disponibilizará um gerente de investimento exclusivo que atenderá no local que você preferir.

www.apamagis.com.br

para acessar a relação dos gerentes e suas praças.
Ou ligue: **Sônia Carlita do Carmo**
2192-6118 ou 3241-1288, ramal 222

O **Banco PanAmericano, que nos seus 36 anos vem se destacando pela ousadia e senso de oportunidade**, mantém sempre uma política de transparência e credibilidade. Conquistou posição consolidada no mercado financeiro, motivo pelo qual foi **qualificado como "Investiment Grade" pelas principais empresas de rating do país**.

Os investimentos do Banco PanAmericano contam com a segurança e a garantia do Grupo Silvio Santos, um dos principais conglomerados empresariais do Brasil. Sua equipe de profissionais foi treinada para conquistar e fidelizar cada vez mais clientes em todo o país por meio de seus produtos: **Fundos de Investimentos, CDB e debêntures, que estão hoje entre as melhores e mais rentáveis opções de mercado**.

AMB | Operação Eleições Limpas

"Para difundir essa campanha, precisamos do engajamento não só dos juízes eleitorais, mas de todos os 15 mil magistrados brasileiros. Só assim nosso objetivo de tornar as eleições no país mais éticas e limpas será alcançado", salientou o Presidente da AMB.

A Associação dos Magistrados Brasileiros lançou no dia 10 de maio, em Brasília, a chamada Operação Eleições Limpas, projeto de esclarecimento da população com o objetivo de coibir fraudes e campanhas ilegais.

A cientista política Lucia Hippolito aplaudiu a idéia, afirmando "que a AMB está dando uma contribuição muito grande para que haja fiscalização nas campanhas eleitorais".

O projeto, apresentado à mídia no último dia 10 de maio, contará com a distribuição de cartilhas didáticas e 4 filmes educacionais para televisão. A idéia é difundir para população o significado de abuso do poder econômico, a compra de votos, entre outras fraudes eleitorais.

O projeto será realizado em parceria com associações de magistrados, escolas de magistratura e órgãos da Justiça, e será veiculado em emissoras de televisão e rádio, além de eventos organizados pelos próprios magistrados para divulgação junto à sociedade.

Para a AMB, a mobilização dos cidadãos brasileiros é fundamental para que as eleições deste ano sejam mais éticas e transparentes. O Presidente da AMB, Rodrigo Collaço, disse que a idéia de lançar a campanha surgiu dos recentes episódios que registraram o envolvimento de candidatos a cargos eletivos com a prática de caixa dois."Para difundir essa campanha, precisamos do engajamento não só dos juízes eleitorais, mas de todos os 15 mil magistrados brasileiros. Só assim nosso objetivo de tornar as eleições no país mais éticas e limpas será alcançado", salientou o Presidente da AMB. ■

EPM | Reformas Processuais Civis em pauta

O Núcleo Regional de Campinas da Escola Paulista da Magistratura e a Coordenadoria da APAMAGIS promoveram no último dia 27 de abril, uma palestra sobre "Reformas Processuais Civis - excetuando a Lei nº 11.232/2005, ministrada pelo Professor e Doutor do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da USP, Walter Piva Rodrigues.

Estiveram presentes no evento cerca de 50 pessoas entre promotores e juízes. A palestra, que aconteceu nas dependências do Salão do Júri situado na Cidade Judiciária de Campinas, contou também com a presença do Diretor da Escola Paulista da Magistratura, Desembargador Marcus Vinícius dos Santos Andrade, que deu início à palestra discursando sobre a importância e objetivos da Escola na formação técnica e profissional dos juízes e os cursos estabelecidos pela Reforma do Judiciário. De acordo com o Desembargador, diversos cursos de extensão e de especialização já estão sendo implantados para atender aos requisitos exigidos pela Constituição. "O curso de especialização da Magistratura e também de escolas do MP possibilitam a qualificação da atividade jurídica e contam como requisito para futuros concursos para a Magistratura ou o Ministério Público, ressaltou.

"O curso de especialização da Magistratura e também de escolas do MP possibilitam a qualificação da atividade jurídica e contam como requisito para futuros concursos para a Magistratura ou o Ministério Público".

Em seguida, Dr. Walter Piva iniciou a palestra ressaltando a crise do Poder Judiciário e as alterações do Código de Processo Civil. Segundo ele, essas alterações foram recebidas com certa crítica pelos profissionais do Direito e pela Comunidade Jurídica, pois quebram totalmente a estrutura do Código de Processo Civil. Piva afirma que "a eficiência da prestação Jurisdicional não se melhora pelo Código e sim por condições materiais, através de uma administração racional de recursos financeiros que os orçamentos contemplem".

Participaram também da mesa de discussão, a Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo e Professora da PUC - Campinas, Dra. Lígia Cristina Araújo Bisogni, o Desembargador José Augusto Marin e o Juiz Benedicto Jorge Farah. Ao final da palestra, os participantes foram convidados para um jantar de confraternização. ■

Posse | Ellen Gracie assume presidência do STF

Primeira mulher no STF e, agora, primeira mulher a presidir a mais alta Corte do Brasil.

Romper barreiras parece fazer parte do destino desta carioca de nascimento, gaúcha por opção e brasileira de coração.

Ellen Gracie Northfleet assumiu definitivamente a Presidência no dia 27 de abril após a aposentadoria do ex-Ministro Nelson Jobim. Sua posse é considerada um marco na história política do Brasil. Com muita expectativa por parte das autoridades e da sociedade, a Ministra comandará o Supremo no biênio 2006/2008.

Com a proposta de a Corte trabalhar cada vez mais em benefício da sociedade, Ellen enfatizou a importância dos juízes de primeira instância terem as tarefas facilitadas para concluir a demanda e outros mecanismos, como a Súmula Vinculante, que permitirá eliminar causas repetitivas.

A Ministra também ressaltou a função de Presidente de uma Corte como o Supremo em atuar diretamente na interpretação da Constituição e das leis do país e defendeu a necessidade de assegurar o Direito Constitucional de Defesa em qualquer instância.

Outro foco lembrado pela nova Presidente do STF foi a atuação do CNJ, órgão que ela também preside, junto ao Judiciário. "Tencionamos trabalhar em conjunto com os Tribunais de Justiça, Regionais, Federais e do Trabalho, com a Magistratura de Primeiro Grau e todos os operadores do Direito, para tornar o Conselho o grande centro de pensamento do Judiciário Brasileiro", afirmou a Ministra.

Entre as autoridades que prestigiaram a cerimônia de posse estavam o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-Presidente, José Alencar; o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos e das Relações Exteriores, Celso Amorim; os Presidentes da Câmara, Aldo Rebelo e do Senado, Renan Calheiros, além de juristas, parlamentares e governadores. O Presidente da APAMAGIS, Des. Sebastião Luiz Amorim e o vice-Presidente, Des. Henrique Nelson Calandra, também marcaram presença na solenidade de posse da Ministra.

Um dos pontos altos do discurso da Ministra foi a consideração e homenagem a todas as mulheres brasileiras. "Meu compromisso não poderia, portanto, ser outro que o de desempenhar minhas funções ao limite de minha capacidade, para não desmerecê-las. É o seu valor, creiam, muito mais do que qualquer merecimento pessoal meu que se reconhece na data de hoje. E por isso, peço licença aos oradores para redirecionar às mulheres brasileiras os louvores que me foram endereçados", salientou. ■

"Tencionamos trabalhar em conjunto com os Tribunais de Justiça, Regionais, Federais e do Trabalho, com a Magistratura de Primeiro Grau e todos os operadores do Direito, para tornar o Conselho o grande centro de pensamento do Judiciário Brasileiro", afirmou a Ministra

Quem é Ellen Gracie

Ellen Gracie Northfleet nasceu no dia 16 de fevereiro de 1948 no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1980, especializou-se em Antropologia Social pela mesma Universidade. Em 1989, foi nomeada pelo Quinto Consitucional para o TRF da 4ª Região e também integrou o TRE do Rio Grande do Sul no biênio 1990-1992.

Em 2000, foi nomeada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para exercer o cargo de Ministra do STF no lugar do Ministro Octavio Gallotti, aposentado. Em 14 de dezembro de 2000, Ellen tornou-se a primeira mulher a integrar a Suprema Corte.

Mais uma mulher no STF

A Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) aprovou, por unanimidade, a indicação da Procuradora de Minas Gerais Cármen Lúcia Antunes Rocha para o cargo de Ministra no Supremo Tribunal Federal (STF). Ela será a segunda mulher a ocupar o cargo na Corte, hoje presidido pela Ministra Ellen Gracie. Cármen deverá ocupar a cadeira vaga desde março com a aposentadoria do Ministro Nelson Jobim. A aprovação ocorreu no último dia 17 de maio, após sabatina na CCJ. Sua indicação já foi aprovada pelo Plenário do Senado e será oficializada pelo Presidente da República.

Porto Velho | VIII Congresso de Direito Ambiental

José Geraldo de Jacobina Rabello

Desembargador do TJ-SP

A Capital do novo Estado do Norte, alcançada a bordo de um Fokker, que, em viagem direta, teria podido fazê-la em pouco mais de quatro horas, surpreende pelas avenidas largas, o casario baixo e contínuo, seus pouco mais de 400.000 habitantes a mostrarem integração ampla com os ofícios, vestes e costumes das outras regiões situadas ao Sul. A influência de gaúchos e paranaenses se apresenta marcante do lado de Ariquemes para Leste, enquanto que na capital, propriamente, se mostrou possível encontrar muitos paulistas que também foram lá deixar a marca de seu espírito empreendedor. O Acre se situa a Oeste, tanto quanto a Bolívia. Mais acima, os Estados do Amazonas e Roraima. Junto a Porto Velho podem ser vistos os Rios Madeira e Candeias margeados pela floresta, na qual ainda se pode recolher filhote de onça pintada, como o que foi posto aos cuidados do zeloso batalhão da Polícia Ambiental do Estado, com sede no Km 22 da BR-364. Ela nos deu conta do trabalho que lhe cabe de fiscalização do meio ambiente em toda a sua ampla circunscrição, não obstante a carência de recursos e de servidores (oitenta agentes, unicamente), mal esse que não parece ser uma marca particular de Rondônia. Os últimos, com freqüência, têm que fazer frente, apenas com sua coragem e armas obsoletas, aos infratores, que cortam as árvores no interior da mata, no silêncio e escuridão de sua profundidade, mas que também, não contentes em deixar as clareiras abertas, degradam as reservas com incêndios e poluem os cursos d'água. A obtenção de lucro fácil e o desenvolvimento a qualquer preço, sem preocupação com as decorrentes alterações climáticas e suas conseqüências não são consideradas, como advertiu o Major Josenildo Nascimento, bem preparado Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental de Rondônia, bacharel em Direito.

Parece ter sido a preocupação em lançar um maior alerta em relação à proteção devida ao meio ambiente no coração mesmo da Amazônia, o que levou à instalação, em Porto Velho, do VIII Congresso de Direito Ambiental (...)

Parece ter sido a preocupação em lançar um maior alerta em relação à proteção devida ao meio ambiente no coração mesmo da Amazônia, o que levou à instalação, em Porto Velho, do VIII Congresso de Direito Ambiental, nos últimos dias 11 e 12 de maio, neste ano de 2006. Promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, lá fui ter, na condição de representante do Presidente da APAMAGIS, Des. Sebastião Luiz Amorim. Certamente, por meu intermédio, quis que a Câmara Especial do Meio Ambiente, do Tribunal de Justiça, não perdesse a oportunidade de se fazer presente em evento de grande importância. Na verdade, num congresso, não apenas se tem a oportunidade de encontrar especialistas nos temas a serem nele tratados, mas também de se conseguir informações ou dados de relevância para o aperfeiçoamento profissional visado. Efetivamente, lá se desenvolveram conferências sobre "A Efetividade da Ação Civil e Termo de Ajustamento de Conduta", esta, aliás, a cargo do Promotor de Justiça do Meio Ambiente em São Vicente, Fernando Akaouí, "A indenização do Dano Ambiental Individual", "Reserva Legal na Amazônia", "Crimes Florestais", "A Lei 9.605 e a Proteção do Meio Ambiente", realizada por Vladimir Passos de Freitas, "O Papel do Município na Defesa do Meio Ambiente", dentre outras mais. Podia ter sido incluída discussão sobre biopirataria na Amazônia, é certo, mas o tempo talvez parecera não se mostrar o bastante para referido estudo. Dias cheios com aprendizado precioso, sem dúvida, como se conclui. Mas noites prazerosas com a degustação de pratos típicos locais, à base do dourado, que não se confunde com aquele do Rio Tietê, do pirarucu, tucunaré, tambaqui e de outros peixes muito saborosos, penso que regularmente pescados... . Tudo isso na companhia de colegas do Brasil todo, entre eles os denodados Ministros Jorge Scartezzini, Paulo Gallotti e Fernando Gonçalves, Diretor do CEJ.

Informações sobre os temas o CEJ ficou de apresentar no site www.justicafederal.gov.br – item: ensino – Portal da Educação, enquanto que, de minha parte, me mostro à disposição para fazê-lo pelo e-mail jrabello@webcable.com.br. ■

Justiça em pauta

Frente a Frente com a Justiça discute os principais temas de interesse da Magistratura Brasileira. Nesta seção, você acompanha as sinopses dos melhores programas apresentados recentemente.

TV JUSTIÇA:

Terça-feira 19h30;
Domingo 18h00 (reprise);
Terça-feira 09h00 (reprise).

RELAÇÕES ENTRE A JUSTIÇA E O SENADO FEDERAL

Jefferson Péres, Senador (PDT - AM)

O Senador fala sobre política interna e externa do Governo Lula, corrupção, análise dos Três Poderes, Reforma do Judiciário e composição do STF, entre outros assuntos.

OS DESAFIOS DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Ademir de Carvalho Benedito, Presidente da Seção de Direito Privado do TJSP

O entrevistado discute temas como a celeridade da Justiça, Código de Defesa do Consumidor e a atuação do CNJ.

AS AÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Gilberto Passos de Freitas, Corregedor-Geral da Justiça de SP

O programa aborda questões como os planos da Corregedoria, teleconferência, auxílio do Legislativo e a situação do Plantão Judiciário no Estado de São Paulo.

ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Marcus Vinícius dos Santos Andrade, Diretor da EPM

Os temas em pauta foram formação técnica e profissional dos Juízes, a atuação da EPM, Emenda 45, entre outros assuntos.

Parceria | Novos convênios para os associados da APAMAGIS

A APAMAGIS e a FONTANA Corretora de Seguros firmaram convênios com a MARÍTIMA SEGURADORA, MAPFRE SEGUROS, PORTO SEGURO, SUL AMÉRICA SEGURADORA e AGF SEGUROS com benefícios especiais para o seguro dos veículos dos associados da APAMAGIS. Esses benefícios se estendem aos veículos dos cônjuges e, em algumas seguradoras, veículos de filhos e pais de associados.

Além de oferecer descontos especiais, algumas seguradoras desenvolveram um leque completo de serviços para os Magistrados em caso de emergências, acidentes ou perda por furto ou roubo. Através do telefone 0800, os Magistrados e seus familiares que tenham seus veículos garantidos, por exemplo, pelo plano da APAMAGIS desenvolvido junto à MARÍTIMA, terão à sua disposição os seguintes serviços:

- Em caso de pane ou incêndio, reboque do veículo para a oficina (sem custo até 100 Km);

- Reparo no local (socorro mecânico), quando possível;
- Serviço de chaveiro;
- Meio de transporte para retorno ao domicílio em caso de pane em viagem e para buscar o veículo;
- Hospedagem em caso de pane em viagem;
- Remoção hospitalar em caso de acidente;
- Translado de corpos;
- Fornecimento de combustível em caso de pane seca;
- Troca de pneus;
- Carro reserva por até 15 dias em caso de colisão, roubo ou furto.

Todas as demais conveniadas apresentaram planos de assistência com diferenciais ou descontos nos custos, ficando a cargo das consultoras da FONTANA Corretora de Seguros, que atendem no setor de convênios da sede da APAMAGIS, a identificação do plano mais interessante e barato para cada caso.

Para mais informações sobre os novos convênios de seguros de veículos basta telefonar para a sede da APAMAGIS e falar com o Departamento de Seguros (telefone 011 3241-1288) ou pelo telefone direto (11) 3104-2933. Se ligar de fora da Grande São Paulo, utilize o telefone DDD gratuito 0800 015 1955, ou as filiais da FONTANA Corretora de Seguros de Campinas (19) 3236-3726 e Ribeirão Preto (16) 3965-3008. ■

O ocaso de uma carreira

Antonio Carlos de Campos Machado Júnior
Juiz de Direito do Setor de Exec. Fiscais da Fazenda Pública

Não há como deixar de atentar ao progressivo amesquinhamento da carreira de Magistrado. É certo que se pode descortinar, por parte das críticas oficiais ou de atitudes que visam fragilizá-lo, o intuito de se obter um Judiciário alquebrado, débil e subserviente. Mas, tão preocupante quanto tem-se mostrado a postura do próprio Poder Judiciário em face dos acontecimentos, a tudo assistindo meio que anestesiado, de forma desmobilizada, sem senso de unidade.

Assiste-se, por exemplo, um CNJ – Conselho Nacional de Justiça avocar-se, acima de sua finalidade disciplinar, uma condição legiferante, de disposição de normas que, independentemente de seus eventuais acertos, vem reforçar o temor de um órgão que paira acima da legalidade, com super poderes para tratar de assuntos dos mais delicados quanto à organização judiciária e vencimentos.

...tão preocupante quanto tem-se mostrado a postura do próprio Poder Judiciário em face dos acontecimentos, a tudo assistindo meio que anestesiado, de forma desmobilizada, sem senso de unidade.

Assiste-se ao nobre Ministro Joaquim Barbosa dizer que o STF não tem estrutura nem vocação para processar a denúncia contra 40 acusados do escândalo do "mensalão", ficando a indagação de como, então, um Juiz de 1º Grau poderia, sem aparelhamento pessoal e assessoria especializada, fazê-lo sem que qualquer providência seja tomada para corrigir tal distorção.

Assiste-se ainda, o corte das vantagens pessoais do Setor Público, o aviltamento dos vencimentos e a irrisão em que se transformou a reforma previdenciária – aliás, já se anuncia uma terceira para o próximo mandato presidencial -, quando é sabido que carreiras de Estado necessitam da devida valorização, para que possam cumprir com dignidade sua missão, sem risco de desestímulo, complementação de renda noutras atividades (magistério) e suscetibilidade ao poder financeiro.

Evidente que muitas alternativas podem ser sugeridas, mas o presente espaço não o permite. O importante é traduzir, ao menos em parte, um pouco da inquietação que desassossega os Juízes, dá-lhes a sensação de impotência e, por vezes, permite que se entremostre um desencanto, somente passível de ser combatido com a vinda a público, o debate amplo, a liberdade de expressar-se sem medo, e a junção de forças associativas e individuais, para sairmos do sinuoso caminho que, contrariados, estamos apaticamente seguindo. ■

Pequeno dicionário da empregada doméstica

Caio Graccho
Desembargador aposentado e membro da UBE - União Brasileira de Escritores

Foi por causa do Alfredo. Ele ligou para sua própria casa. A empregada era nova. Ele não a conhecia. Sua mulher, a Esther, digo (ou ele diz), dona Esther, tinha acabado de contratar. A moça era do norte. De Garanhuns. Nada contra, mas...sabe como é. Nós, brasileiros, sabemos! O Alfredo morava num sobrado. O telefone da residência ficava num nicho, embaixo da escada. No décimo segundo toque a Adamacena, a tal da empregada, atendeu: "Alonso!" Na dúvida, o Alfredo perguntou: "De onde falam?" Ao que a Adamacena respondeu: "Debaixo da escada!" Foi aí que o Alfredo começou a catalogar as expressões da serviçal e, na próxima semana, estará lançando, no saguão principal da sede das Casas Bahia, ao lado do "Crediário" (que eu não sei onde fica), o "Pequeno Dicionário da Empregada Doméstica", com esta breve dicção:

Ãnsdionti — antes de ontem
Asmininxegaro — as meninas chegaram
Badacama — debaixo da cama
Badapia — debaixo da pia
Cásperdi — caso perdido
Dendapia — dentro da pia

Denduforno — dentro do forno
Dôdistongo — dor de estômago
Doidimai — doido demais
Dôsitamu — dor de estômago
Gáscabô — o gás acabou
Iscodidente — escova de dente
Issokipómoiá — isto aqui pode molhar
Ládoncovim — lá de onde que eu vim
Lidialcom — litro de álcool
Lidileite — litro de leite
Mardufigo — mal do fígado
Mastumate — massa de tomate
Nossinhora — nossa senhora
Óikichero — olha que cheiro
Óiprocevê — olha pra você ver
Óiuchêro — olha o cheiro
Oncotô — onde que eu estou
Onquié — onde que é
Onquitá — onde está
Olunumpré — o Lula não presta
Pingumel — pinga com mel
Pójogáfó — pode jogar fora
Pondiôns — ponto de ônibus
Pópegacasmão — pode pegar com as mãos
Pópicauáio — pode picar o alho
Pópô-opó — pode pôr o pó
Proncovô — para onde eu vou
Quainaora — quase na hora
Sapassado — sábado passado
Secetembro — sete de setembro
Simborntão — vamos embora então

No décimo segundo toque a Adamacena, a tal da empregada, atendeu: "Alonso!" Na dúvida, o Alfredo perguntou: "De onde falam?" Ao que a Adamacena respondeu: "Debaixo da escada!"

Tirdiguerra — tiro de guerra
Tirisdaí — tira isso daí
Tradaporta — atrás da porta
Trudia — outro dia
Unkidicarne — um quilo de carne
Usmininxegaro — os meninos chegaram
Usvididetro — os vidros de dentro
Usvidifora — os vidros de fora
Uventátáondi — o avental está aonde
Vidiperfum — vidro de perfume

Mesmo assim, o Alfredo, ainda hoje, continua a se comunicar com sua empregada por meio de sinais de fumaça. Coisa que Esther, sua mulher, reprova com sofreguidão. Mais por causa da pintura do sobrado e para a mantença da Adamacena, sô! ■

Minha insólita metrópole

Paulo Bomfim

Poeta, Jornalista e Decano da Academia Paulista de Letras

Minha insólita metrópole, capital de todos os absurdos!

Música eletrônica em fundo de serenata, paisagem cubista com incrustações primitivas, poema concreto envolto em trovas caboclas.

Cidade feita de cidades, bairros proclamando independência, ruas falando dialetos, homens com urgência de viver.

Oceano feito de ilhas. Ilhas chegando, ilhas sangrando, ilhas florindo.

Os céus cansados do concreto que arranha. Cresce o mar das periferias.

No barco dos barracos navega um sonho. No fundo de cada um dos cidadãos do mundo dorme a província.

Ali, velha igreja com seu campanário esperando a mantilha da noite.

Anúncios luminosos piscam obsessões. O asfalto é irmandade de credos.

No centro, todos os vícios e todas as virtudes convivem nas esquinas da São João.

Os domingos são quadrados. Cabem dentro da tela de cinema, do aparelho de televisão, da página do jornal, do campo de futebol.

Os domingos são quadrados. Cabem dentro da tela de cinema, do aparelho de televisão, da página do jornal, do campo de futebol.

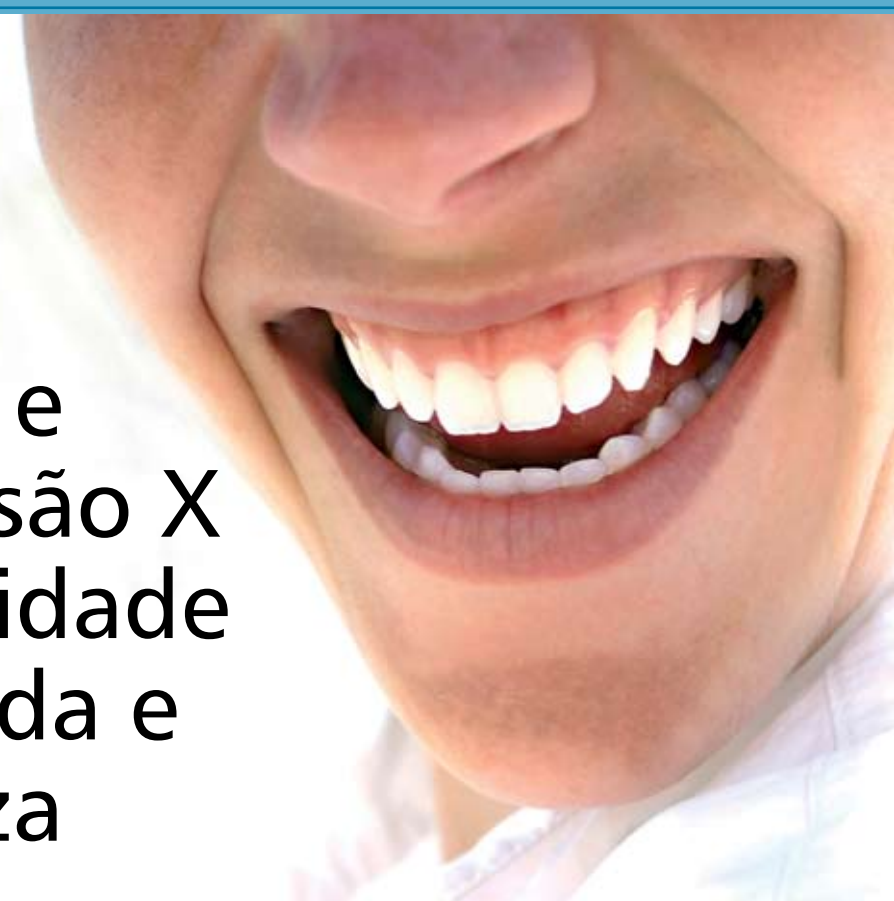
O metrô é mergulho no inconsciente urbano. Nele, o mesmo silêncio dos elevadores. Convívio de sonâmbulos, de antípodas da fila de ônibus e do trem de subúrbio, onde há tempo para o cansaço florir num sorriso.

Aqui o verde é esperança cobrindo o frio de existir.

Teatros e o ballet da multidão, museus contemplando o quadro dos que se agitam, orquestras e a sinfonia de uma época em marcha. Nestes tempos modernos, Carlito, operário ou estudante, comerciário ou burocrata, é técnico em sobreviver.

Planalto dos desencontros, porto dos aflitos, rosa de eventos onde até o futuro tem pressa de chegar.

Mal-amada cidade de São Paulo, EU TE AMO! ■



ATM e Oclusão X Qualidade de vida e Beleza

O QUE É ATM?

ATM é a abreviatura de "Articulação Têmporo-Mandibular". Essa articulação situa-se logo à frente do ouvido e é responsável pelos movimentos executados pela mandíbula.

QUAL É O PRINCIPAL INDICATIVO DE UMA ALTERAÇÃO NA ATM?

Uma das características de um paciente que tenha problemas de ATM é o estalido (clique), normalmente acompanhado de dor que pode se manifestar na cabeça, face, pescoço, ouvido e dentes. A ausência de dor não é sinal de normalidade. O estalido, por si só, já traduz problema na ATM.

QUAIS AS PRINCIPAIS CAUSAS DOS PROBLEMAS DE ATMS?

Toda doença ou patologia necessita de mais de um fator para sua ocorrência, no caso da disfunção das ATMs, acredita-se que um fator relevante possa ser a má oclusão (relacionamento inadequado entre os dentes da maxila e mandíbula), somada ao stress e hábitos para-funcionais.

POR QUE O PROBLEMA DE ATM PODE CAUSAR CEFALÉIA OU DOR DE CABEÇA?

As dores de cabeça provenientes das disfunções de ATM, em geral, não são propriamente de cabeça: são dores nos músculos que envolvem a cabeça. Posições posturais viciosas, relacionamento dental inadequado em pacientes onde se observam desgastes e/ou perdas dentais, aperto e ranger dos dentes, fraturas freqüentes nas restaurações e nos dentes associadas ao stress, normalmente culminam em quadros crônicos de dores nos músculos da face, cabeça, pescoço, além de cefaléia e zumbido no ouvido.

Devido a esses fatores, perdemos o que chamamos de Dimensão Vertical de Oclusão, que é a relação fisiológica e funcional entre a maxila e a mandíbula.

Do ponto de vista estético, pacientes que sofreram alteração na Dimensão Vertical de Oclusão podem apresentar olheiras, comissura labial (canto da boca) invertida e avermelhada e uma fisionomia envelhecida.

EXISTE RELAÇÃO ENTRE DENTES E ATM?

Sim, ocluir os dentes mais para frente, para trás ou para os lados pode trazer conseqüências para as ATMs e assimetria facial.

O ideal é que a oclusão tenha um relacionamento adequado, a fim de que a articulação e mastigação sejam saudáveis e todos os dentes e músculos trabalhem sem sobrecarga.

QUAL É O TRATAMENTO?

O tratamento indicado é promover uma oclusão dentária harmônica e eliminar os fatores que possam estar associados ao problema. Geralmente é usada a placa acrílica reposicionadora.

A disfunção da ATM, por estar relacionada a diversos fatores, é um tratamento delicado e, por vezes, torna-se necessária intervenção de mais de uma especialidade, sendo ideal o tratamento precoce.

Somente após o tratamento de cura do sistema estomatognático, é possível pensar-se em estética.

Até breve. ■

Dra. Ana Lúcia P. M. Figueira
Dra. Maria Christina M. Cunha
Dra. Vera Lúcia M. Neiva
Dra. Roseleni de Souza
Dra. Maria S. M. Cerratti
Dra. Priscila Sobrie
Integrantes da equipe da Oficina Dental Odontologia e Saúde
Dentistas da APAMAGIS
tel: (11) 3242-9038 e 8447-0746 / 5539-1445 e 8447-0744

Destaque | APAMAGIS dá *show de bola*

Entidade fez bonito no Campeonato de Futebol Society realizado em São Paulo

A equipe dos magistrados paulistas foi a grande campeã nas categorias Sênior e Master no 14º Campeonato Regional Sudeste de Futebol Society, realizado entre os dias 27 e 30 de abril último, nas dependências do Centro de Concentração e Treinamento do São Paulo Futebol Clube, no município de Cotia, em São Paulo. Participaram do campeonato, além de São Paulo, as equipes dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Na categoria Livre, sagrou-se campeã a equipe do Rio de Janeiro. Os resultados da categoria Sênior foram: empate com Minas Gerais (2 a 2); contra Rio de Janeiro (14 a 1); e contra Espírito Santo (3 a 0).

A equipe Sênior contou com os atletas Marcos (goleiro menos vazado no campeonato), Marcos Zanuzze, Antonio Guimarães, Adalberto Montes (01 gol), Marrey, Heitor, Sérgio Rui (01 gol), Sérgio Gomes (06 gols), Giaquinto (06 gols), Walter da Silva (03 gols), Pestana (02 gols), Luís Carlos, Pedro Menim e Miguel Marques. Artilheiros: Sérgio Gomes e Giaquinto, com 06 gols cada um.

A categoria Master, integrada pelos Juízes Milton Paulo, Júlio César, Afonso Celso, Cláudio (03 gols), Marcos Viera (01 gol), Laércio (04 gols), Rogério, Roberto Maia, Paulo Treviso, Marco Aurélio, Rodolfo, Giaquinto, Décio e Carlos Eduardo, teve como artilheiro do Campeonato, Laércio.

Um dos destaques do campeonato foi o técnico do time paulista, Sebastião Miranda Filho, mais conhecido como Mirandinha, convocado pela Seleção Mundial de 1974 e que já passou pelos times paulistas do Corinthians e São Paulo.

A equipe da APAMAGIS era composta por: Alexandre, Rogério, Marcos, Rodolfo, Gustavo, Roberto Maia, Afonso Celso, Sérgio Hideo, Júlio, Marco Aurélio, Michel, Marcos Augusto, Swarai, Fábio, Airton, Mauro, Cláudio e Laércio.

O evento, sob a coordenação do diretor de esportes, Juiz Miguel Marques e Silva, foi organizado pela Diretoria de Futebol, integrada pelos Juízes Diretores Walter da Silva e Afonso Celso da Silva, e teve início na noite do dia 27 de abril com um coquetel na sede social da APAMAGIS, onde foram realizados os sorteios dos jogos e a entrega das placas em homenagem aos patrocinadores do campeonato. Além das autoridades presentes, também participou da confraternização a recordista brasileira infantil de embaixada Karine Duarte.

Um dos destaques do campeonato foi o técnico do time paulista, Sebastião Miranda Filho, mais conhecido como Mirandinha, convocado pela Seleção Mundial de 1974 e que já passou pelos times paulistas do Corinthians e São Paulo.

No time dos magistrados paulistas destacaram-se como goleiros, os Juízes Marcos Augusto Barbosa dos Reis e Rogério Marrone de Castro Sampaio, respectivamente nas categorias Sênior e Master. Como artilheiros, os Juízes Francisco Giaquinto, Sérgio Gomes e Laércio José M. Ferreira Filho.

Na manhã do último dia dos jogos, o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Celso Luiz Limongi, prestigiou o campeonato. O encontro foi encerrado com um apetitoso churrasco, em que foram entregues os troféus aos vencedores. Nesta ocasião, o Presidente da APAMAGIS, Desembargador Sebastião Luiz Amorim, agradeceu aos coordenadores pela excelente organização e sucesso do evento.

O Departamento de Futebol comunica aos campeões de 2006 da categoria Máster que o Campeonato Nacional, designado para acontecer no estado do Espírito Santo no próximo mês de junho, foi adiado para data a ser divulgada posteriormente.

A Diretoria de Esportes agradece a todos os patrocinadores, bem como às pessoas que favoreceram o evento. Em especial, ao São Paulo Futebol Clube, sob a Presidência de Juvenal Juvêncio, ao Banco Santander Banespa, Grupo Passaredo, Concept Blindagens, Unimed, Banco PanAmericano, Danone e Spot Tur. ■

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CAMPEONATO DE FUTEBOL DA REGIÃO SUDESTE

Categoria Livre
1º Lugar – Rio de Janeiro
2º Lugar – Minas Gerais
3º Lugar – Espírito Santo

Categoria Master
1º Lugar – São Paulo
2º Lugar – Rio de Janeiro
3º Lugar – Minas Gerais

Categoria Sênior
1º Lugar – São Paulo
2º Lugar – Espírito Santo
3º Lugar – Minas Gerais

Saiba mais | Os três destaques do mês

Antonio Raphael Silva Salvador

Desembargador aposentado e membro do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da APAMAGIS

Inegavelmente o grande destaque do mês fica para nossa Polícia Militar e Civil, homens maravilhosos e de honra, que sentiram a guerra civil que nos ameaçava e que partiram para a defesa da sociedade, de nossas famílias, do nosso Estado e dos nossos Poderes Públicos.

Muitos policiais morreram nessa luta, mas ninguém esmoreceu e nem ficou com medo, lutando contra o inimigo comum e o vencendo com coragem, denodo e noção do dever.

Parabéns, meus irmãos da Polícia Militar e Civil. Orgulho-me de chamá-los de irmãos e a sociedade muito lhes deve!

Nosso Curso APAMAGIS-LEX está cumprindo o que havia prometido. Instalações completas e modernas, aulas proferidas por professores escolhidos, classes com poucos alunos, tornando mais fácil o contato professor-aluno. Procurem conhecer o nosso Cursinho, na Av. Paulista, para inscrever depois seus filhos e parentes, e verão o sucesso que eles encontrarão nos concursos.

Morreu o colega Nemer Jorge Jr., um jovem e brilhante Juiz, que já substituía no Tribunal de Justiça e ali mostrava sua inteligência e cultura. Foi Juiz em Catanduva, onde o conheci e cidade que o homenageou neste momento em que ele nos deixava.

Simples, culto e tranqüilo, Nemer Jorge fará falta ao Poder Judiciário Paulista. ■

Novidades | Livros novos em maio de 2006

1 - Tutela de Interesses Difusos e Coletivos

Autor: Marcus Vinícius Rios Gonçalves
Editora Saraiva

Sempre preciso e culto, o Juiz e Professor Marcus Vinícius nos traz agora um estudo sobre os interesses difusos e coletivos, mostrando que a divisão entre interesse público e privado já não serve bem para distinguir os interesses que movem aqueles que pretendem uma proteção ao seu direito.

Parte ele para a divisão dos interesses em individuais e trans-individuais, colocando dentro desta divisão os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Mostra a importância no reconhecimento dessa divisão em várias leis que, especificamente, tratam dos direitos trans-individuais, como a Ação Civil Pública e a Ação Popular, passando ainda pela Defesa dos Interesses dos Portadores de Deficiência Física, Defesa da Criança e do Adolescente, da Ordem Urbanística, dos Interesses dos Idosos, da Ordem Econômica e da Economia Popular, e também da Defesa dos Titulares de Valores Imobiliários e Investidores no mercado.

O livro trata de assunto de grande importância, obrigando a que o tenhamos em nossas mãos.

2 - Principais controvérsias no novo Código Civil

Coordenação de Débora Gozzo, José Carlos Moreira Alves e Miguel Reale
Editora Saraiva.

Grandes nomes escolhidos para os vários temas versados neste livro, com o saudoso Prof. Miguel Reale escrevendo sobre as tônicas que fez questão de colocar no nosso Código Civil: eticidade, a sociabilidade e a operabilidade. Francisco Amaral sobre o Negócio Jurídico. Renan Lotufo sobre Provas. Álvaro Villaça Azevedo sobre Extinção dos Contratos. Cláudio Luiz Bueno de Godoy sobre o Princípio da Boa-fé Objetiva. José Osório de Azevedo Jr. sobre Posse e Direito Real do Promitente Comprador. Arruda Alvim sobre a Função Social da Propriedade. Franciulli Netto e Aurélia Liezete de Barros Czapski sobre Relações de Parentesco. Mauro Rodrigues Penteado sobre Títulos de Crédito Eletrônicos. Débora Gozzo sobre Nova Ordem de Vocação Hereditária e Jorge Lobo sobre as Sociedades Limitadas.

Além dos nomes escolhidos e dos temas examinados, precisa ser dito mais alguma coisa para mostrar a importância do livro?

3 - Curso de Direito Processual Civil

Autores: Pedro Barbosa Ribeiro e Paula Maria Castro Barbosa
Ed. Thomson – IOB

Estamos agora com os quatro volumes do Curso de Direito Processual Civil do Juiz aposentado e brilhante Jurista Pedro Barbosa Ribeiro, em trabalho conjunto com sua filha, a Juíza Paula Maria, que sempre o acompanha nestes estudos processuais.

O vol. II é dedicado ao Processo de Conhecimento até recursos.

Já tivemos oportunidade de examinar esses livros anteriormente e todos sabem que entendi brilhante a obra, muito oportuna e didática. Insisto em ver nestes livros a mão do profundo conhecedor do Processo Civil e do Professor que deseja transmitir seus conhecimentos aos seus leitores, auxiliado pela eminente Juíza Paula Maria, que traz a sua experiência diária no trato com os processos.

Não é obra só para os estudantes, mas para todos que gostam ou que desejam conhecer bem nosso Processo Civil.

4 - Interceptação Telefônica

Autor: Vicente Grecco Filho
Editora Saraiva - 2ª edição.

Sempre atual o livro sobre as interceptações telefônicas, com base na Lei 9.296, de 24 de julho de 1996, alcança agora sua 2ª edição, nesse momento em que a todo instante vemos alegações dessas interceptações e a busca ao Judiciário, para dizer de sua validade ou quando incabível essa invasão da privacidade de alguém.

O Prof. Grecco mostra e estuda a Lei 9.296, salientando pontos falhos e merecedores de reforma e traz suas idéias sobre eventuais alterações, que estão sendo estudadas e que fazem parte do anteprojeto de lei que objetiva a nova disciplina da interceptação telefônica. Para isso, examina também a doutrina estrangeira a respeito.

Departamento Feminino

O Departamento Feminino da APAMAGIS organizou, no dia 16 de abril, o almoço de Páscoa, que contou com a participação de cerca de 250 pessoas.

Outra oportunidade de confraternização foi o almoço do Dia das Mães, que aconteceu no dia 14 de maio na Sede Social. Participaram do encontro 395 pessoas, que compartilharam momentos de descontração com as mães e esposas. Na ocasião, os associados puderam desfrutar de um cardápio especial, além da performance do tecladista Marcos César.

Evento bastante descontraído foi a comemoração das aniversariantes do mês de abril, ocorrido no dia 26, quando foram arrecadados alimentos para a APOIE (Associação de Proteção, Orientação e Integração do Excepcional).

Outra mostra de solidariedade foi a realização do Chá Beneficente no dia 11 de maio que contou com a presença do Presidente da APAMAGIS, Des. Sebastião Luiz Amorim. O Chá foi organizado pelo Movimento das Esposas dos Magistrados (MEM) e realizado na Sede Social. Para tanto, todos os anos o Movimento organiza o evento para arrecadar verbas para confeccionar e distribuir enxovais para os filhos de funcionários de baixa renda familiar do Tribunal de Justiça.

Os próximos eventos a serem organizados pelo Departamento são: VIII Encontro dos Aposentados e Pensionistas da APAMAGIS, que se realizará em Joinville - SC, entre os dias 5 e 11 de junho; o Dia dos Namorados que acontece no dia 12 de junho; e a Festa Junina, a ser realizada no dia 25 de junho. Estas duas últimas acontecerão na Sede Social da APAMAGIS. Participe!

Fundação da Fraternidade Judiciária

A Fundação da Fraternidade Judiciária foi legalmente constituída em 1988, com o registro de seu Ato de Constituição no 3º Registro de Títulos e Documentos da Capital. Ela é fiscalizada, como as demais, pela Curadoria das Fundações.

Teve por escopo obter recursos mediante contribuições mensais dos magistrados do Estado de São Paulo e de doações, para socorrer os funcionários mais carentes do Poder Judiciário do Estado nos momentos mais aflitivos ou nas emergências, seja em caso de enfermidades pessoais ou de seus familiares. Auxilia, ainda, em necessidades básicas como moradia, educação, saúde e assistência jurídica.

Entre outros, há o fornecimento de medicamentos, próteses, aparelhos auditivos, ortopédicos, equipamentos de locomoção e cestas básicas.

No campo jurídico, recebem orientação gratuita de desembargadores aposentados e são assistidos por advogada contratada pela Fundação para resolver suas pendências.

Para aprimoramento profissional têm sido concedidas bolsas de estudo para os que cursam universidades.

Palestras são ministradas na sede da Fundação com o objetivo de orientar os funcionários na solução dos problemas pessoais e profissionais.

Como a Fundação é mantida com a contribuição espontânea de um número pequeno de magistrados da Justiça Comum do Estado e parcas doações, ela encontra séria limitação para estender o benefício e socorrer toda gama de necessitados e, por isso, recorre a parcerias, especialmente com empresas para o fornecimento de medicamentos e outros produtos de sua fabricação.

A Fundação Fraternidade Judiciária espera que haja ressonância desta singela exposição e, assim, sensibilizar os corações dos magistrados para a obtenção de colaboração de qualquer espécie.

Participe!

Segurança

No último dia (16/5) o Presidente da APAMAGIS, Des. Sebastião Luiz Amorim e o vice-Presidente, Des. Henrique Nelson Calandra, reuniram-se com a Comissão de Segurança, integrada pelos Desembargadores Armando Sérgio Prado de Toledo e José Emmanoel França, e pelos Juízes Régis Castilho Barbosa, Fernando Pereira, Walter da Silva e Antonio Augusto Neves para deliberar os seguintes assuntos:

1 – Entrar em contato imediato com o Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando:

a) A designação de Policial Militar para os Fóruns que não possuem militar efetivo;

b) Segurança especial externa para os Fóruns;

c) Atenção especial para a residência dos Magistrados que tiverem interesse e solicitarem à APAMAGIS designação em cada companhia de oficiais encarregados de atender aos Magistrados em suas Comarcas, no âmbito de suas residências;

d) Implantação imediata de identidade virtual, a partir de uma central 24 horas instalada na sede da APAMAGIS, com telefone 0800;

2 – Acolheram a proposta do colega Michel Ferez, Juiz de Presidente Venceslau, para a elaboração de proposta legislativa readequando a Execução Penal, encaminhando-a ao Departamento de Assuntos Legislativos em caráter de urgência.

3 – Elaboração de estudos para que os Magistrados que atuam na Execução Penal sejam identificados virtualmente.

NOTA OFICIAL

ASSOCIAÇÕES DE MAGISTRADOS UNEM-SE PARA REPUDIAR ATAQUES DE VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO

As Associações de Magistrados, unidas neste grave momento pelo qual passa a população paulista, repudiam os ataques ocorridos a partir do dia 12 de maio a diversas entidades públicas e privadas, bem ainda a Autoridades, Agentes Policiais, Servidores, Agentes do Sistema Penitenciário e manifestam sua solidariedade ao povo paulista, considerando o seguinte:

1. A Magistratura repudia totalmente a seqüência de ações violentas desencadeadas na noite de 12 de maio, praticada por covardes ataques a entes públicos, privados e a civis.

2. Solidarizam-se ao sofrimento do povo neste grave momento, bem como se une às famílias das autoridades assassinadas e a suas corporações, defendendo a punição prevista em lei dos responsáveis por tais crimes.

3. Todas as esferas do Poder Judiciário no Estado de São Paulo não fraquejarão ante aos atentados praticados contra seus integrantes e suas instalações e não tolerarão qualquer desafio ao Estado Democrático de Direito e à Ordem Constitucional vigente, lutando incondicionalmente por sua manutenção.

4. Deverão ser repelidas com energia quaisquer atitudes violentas contra autoridades e cidadãos, defendendo a Magistratura, autoridade maior da lei, e cobrando das autoridades responsáveis o combate com energia e prontidão a tais ataques, respeitados os direitos fundamentais.

5. Destacam a necessidade da imediata revisão do Código Penal de 1940, do Código de Processo Penal e da atual Lei de Execuções Penais, com sua adequação à realidade do País.

6. Também cobram efetivo empenho das autoridades competentes em proporcionar maior segurança nas dependências do Poder Judiciário Estadual e Federal, para que possam exercer adequadamente sua missão constitucional de promover a Justiça.

7. Por fim, condenam a atual e crescente cultura da violência que toma conta cada dia mais dos meios de comunicação, das atividades esportivas, dos eventos culturais e tantas outras manifestações sociais.

8. Declaram luto por 3 dias em homenagem às vítimas e familiares.

APAMAGIS - AJUFESP
- AMATRA XV
- AMATRA II

Nota contra a violência

A APAMAGIS vem a público manifestar repúdio aos covardes atentados contra a vida de autoridades, agentes policiais, prédios públicos e, sobretudo, contra civis, ocorridos neste mês de maio.

Os Magistrados Paulistas esclarecem que estão em permanente atividade à disposição da sociedade e que continuarão a defender de modo intransigente o direito de cada cidadão, de viver em um Estado verdadeiramente Democrático, livre daqueles que fazem da violação da Lei e da cultura do ódio o seu dia-a-dia. Conclamamos a população a se manter calma e serena, denunciando qualquer atitude suspeita e confiando no trabalho das autoridades constituídas.

A Diretoria

APAMAGIS rebate críticas de jornalista no caso Pimenta Neves

A Folha de S. Paulo publicou no dia 18/05 a resposta do Diretor de Comunicação da APAMAGIS, Juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, à coluna de Carlos Heitor Cony do dia 15/05, com críticas à atuação do Magistrado Diego Ferreira Mendes, no julgamento do jornalista Antonio Pimenta Neves, acusado pela morte da jornalista Sandra Gomide.

Leia a resposta da APAMAGIS publicada no Painel do Leitor - Folha de S. Paulo - 18/5/06.

"O artigo de Carlos Heitor Cony de 15/5 ("Justiça a duas mãos", pág. A2) é ambíguo e com o evidente interesse de agredir o juiz e atacar o Judiciário. Ninguém precisa concordar com decisão judicial, e o direito de crítica é livre. Mas não se pode, com esse pretexto, tachar o juiz de suspeito, de parcial, de agir premeditadamente no julgamento com a intenção de se sair bem. Esqueceu-se ele de dizer que o juiz se reporta a uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na qual deixou expresso que o réu não poderia ser preso antes de decisão judicial transitada em julgado. As decisões do magistrado e do STF poderiam, ao menos, ter sido lidas antes da crítica, mas, afinal de contas, o articulista não parece preocupado com os fatos, e sim com a versão que dele se pode extrair. Como ele disse ao final da crônica, "o julgamento já foi feito".

Jayme Martins de Oliveira Neto,
Diretor de Comunicação
da APAMAGIS

AMB discute comunicação

Assessores de imprensa das associações regionais filiadas à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) reuniram-se no último dia 9 de maio para desenvolver e colocar em prática uma ampla rede de comunicação entre as entidades representativas dos juízes em todo país. Jornalistas de 16 associações, incluindo a APAMAGIS, participaram do encontro, realizado na sede social da entidade, em Brasília (DF).

O presidente da AMB, Rodrigo Collaço, deu início à reunião afirmando que a constituição de assessorias de comunicação é uma tendência que segue a passos firmes nos órgãos do Poder Judiciário Brasileiro. "Todas as instâncias da Justiça e entidades representativas dos magistrados têm investido nessa área. Conseqüência disso é a qualidade dos produtos das assessorias, que está crescendo muito", observou Collaço.

De acordo com o presidente, a diretoria da AMB está convencida que investir no setor de comunicação é importante para o fortalecimento da entidade.

"Ao valorizar a gerência de comunicação posso garantir que o trabalho nessa área conseguiu romper a linha de isolamento corporativo. Agora, não são apenas juízes que se interessam pelas ações da AMB e acessam nosso site. A sociedade, em geral, conhece a entidade", completou.

A troca de experiência foi à tônica do encontro. A equipe da AMB mostrou aos jornalistas as principais ações e mudanças implementadas na área e as campanhas desenvolvidas pela entidade.

Pela APAMAGIS foram apresentados os planos e as estratégias de comunicação implantadas pelo Departamento de Comunicação, que, segundo o diretor Jayme de Oliveira buscaram fortalecer a imagem da Magistratura e da APAMAGIS perante o cidadão.

Alemanha | Muito mais que capital do futebol

Conheça algumas das inúmeras atrações da sede da Copa do Mundo!

Dona da maior concentração por m² de museus e galerias de arte. Famosa pela qualidade das orquestras sinfônicas. Detentora de patrimônio arquitetônico com enorme gama de estilos: gótico, renascentista, barroco e modernista. Esses são alguns motivos que fazem, anualmente, milhares de turistas visitarem a Alemanha. Há, nesse ano, um pretexto a mais: a Copa do Mundo da FIFA.

Isso porque uma grande estrutura está sendo preparada para receber torcedores do mundo todo. Os jogos serão realizados em 12 cidades que serão palco, pela primeira vez na história das Copas Mundiais, de uma festa oficial dos torcedores. Cada sede criou uma "Fan Fest" com programação própria. Os visitantes contarão com o apoio das "Embaixadas dos Torcedores" criadas pelo Comitê Organizador. A recepção promete fazer jus ao tema da Copa: "Alemanha 2006: O mundo entre amigos".

Em Frankfurt foi construída a MainArena, bem às margens do rio Main. A estrutura impressiona tanto quanto os 12 estádios da Copa e haverá um gigantesco telão de LED.

Para quem ainda não conseguiu ingressos, a dica é relaxar. Todos poderão acompanhar as partidas em grandes telões que estão sendo instalados em vários locais. A entrada é gratuita e, entre um jogo e outro, uma série de eventos vai animar os torcedores. Apresentações musicais, humorísticas, debates sobre futebol, spas com massagens e mini-campos de futebol.

Berlim terá uma das maiores festas. A FanFest acontecerá na Strasse des 17 Juni (Rua 17 de Junho), entre o portão de Brandenburgo e a Coluna da Vitória. Do prédio do Parlamento (Reichstag) até o centro da cidade ficará a "Faixa da festa dos torcedores". Próxima ao Reichstag está sendo construída uma réplica na escala de 1 para 10 do Olympiastadion.

Em Frankfurt foi construída a MainArena, bem às margens do rio Main. A estrutura impressiona tanto quanto os 12 estádios da Copa e haverá um gigantesco telão de LED.

Gelsenkirchen também vai atrair muita gente: vários artistas da música internacional farão apresentações na cidade, entre eles, Simple Minds, Status Quo, Gipsy Kings, Mustafa Sandal, Die Fantastischen Vier, Tokio Hotel e Bryan Adams. Os ingressos variam de 15 a 25 euros.

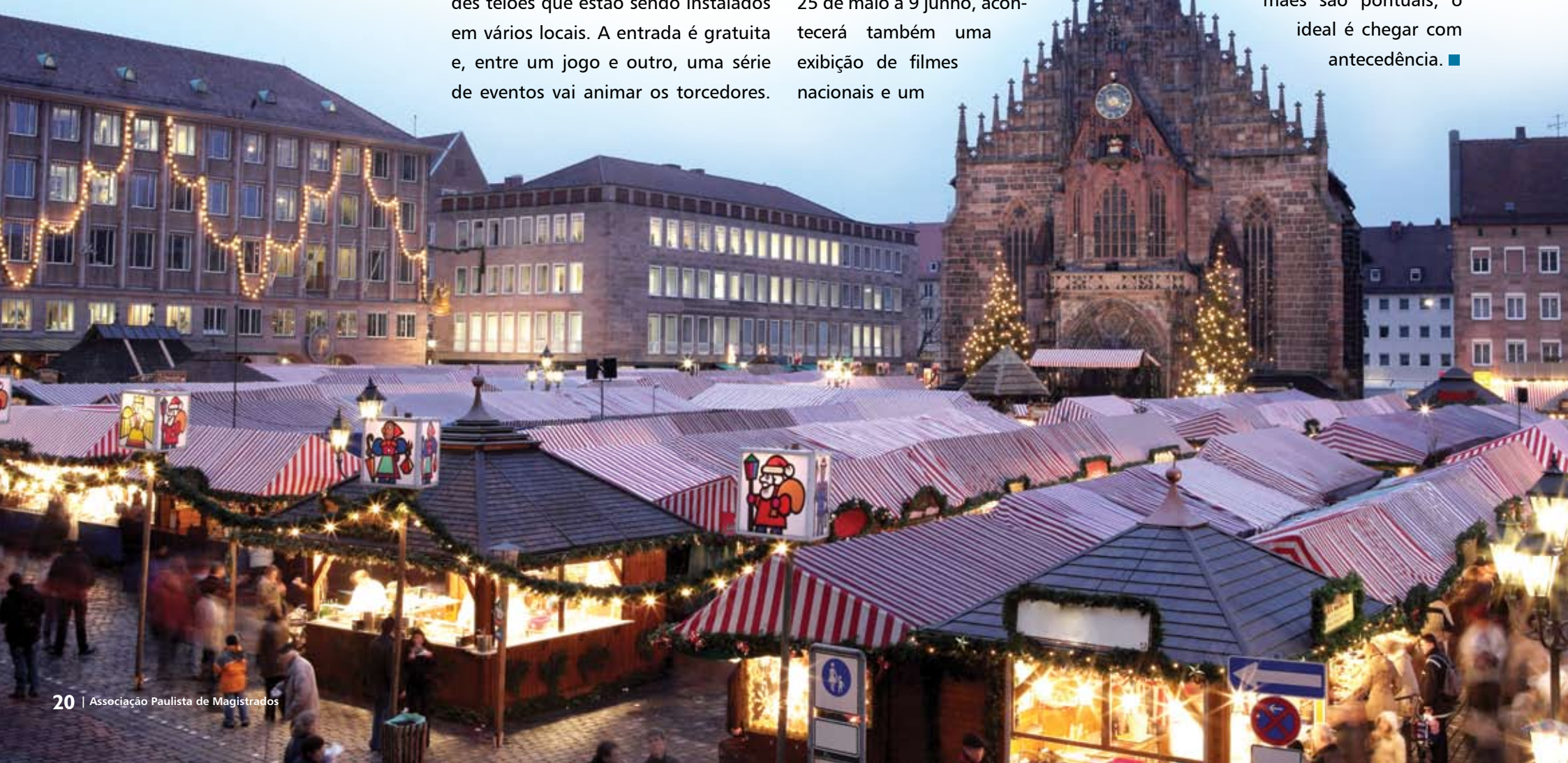
O BRASIL NA ALEMANHA

E não é só o futebol brasileiro que invadirá a Alemanha em 2006. O Brasil também marcará presença em terras germânicas com festivais de cinema, música, teatro, mostras de fotografias e design.

E não é só o futebol brasileiro que invadirá a Alemanha neste ano de 2006. O Brasil também marcará presença em terras germânicas com festivais de cinema, música, teatro, mostras de fotografias e design.

Na Casa das Culturas do Mundo em Berlim acontecerá o Festival In TRANSIT, que tem como pilar a exposição The Image of Sound: Football. Além desse evento, de 25 de maio a 9 junho, acontecerá também uma exibição de filmes nacionais e um ciclo de Música Popular Brasileira. E por falar em música, em setembro acontece o PopKomm, maior festival europeu de música pop. O tema deste ano será o Brasil.

Do final de maio ao início de junho, peças brasileiras serão encenadas no Teatro Hebbel am Ufer (HAU). Doze fotógrafos também vão expor seus trabalhos numa mostra no Neuer Berliner Kunstverei.

TREM: PASSE CAMPEÃO

Para quem pretende aproveitar a Copa em mais de uma cidade, uma boa opção é viajar de trem. A Deutsche Bahn, empresa ferroviária alemã, lançou para o período de 7 de junho a 11 de julho o Weltmeister-Pass (Passe Campeão). Durante todos esses dias, por 394 euros, você pode viajar ilimitadamente de segunda classe, ou então, por 549 euros, de primeira classe. Como os trens alemães são pontuais, o ideal é chegar com antecedência. ■